

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DOS MORADORES DO

ARRANHA - CÉU

Aprovado Pelo DSS

Em 04/12/95


KRYSZYNA MATYS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

**Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de
Serviço Social, orientado pela
professora BEATRIZ AUGUSTO
PAIVA para obtenção do título de
Assistente Social pela acadêmica:**

ELI TEREZINHA JANUÁRIO

Florianópolis, dezembro de 1995

AGRADECIMENTOS

À Deus.

À minha família, pelo apoio, incentivo e dedicação.

Aos meus amigos, pela colaboração e carinho para comigo.

À professora Beatriz Augusto Paiva, pela orientação e dedicação na execução deste trabalho.

À equipe da Divisão de Ação Comunitária do Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, pelo apoio e incentivo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
CAPÍTULO I - UM BREVE HISTÓRICO.....	06
1.1. Nascendo Uma Comunidade...O Morro do Arranha Céu.....	07
1.2. As Lideranças e as Contradições do Processo.....	22
CAPÍTULO II - OS MORADORES DO ARRANHA CÉU: O PERFIL SÓCIO ECONÔMICO.....	26
2.1 - Propriedade Privada e Exclusão Social.....	34
2.2 - Perfil dos Moradores do Arranha Céu.....	32
CONCLUSÃO.....	56
BIBLIOGRAFIA.....	58



INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é o morador da comunidade do Arranha Céu. Quem é ele? foram levantados os seguintes dados: há quanto tempo mora no local e há quanto tempo em Florianópolis; quais suas colocações no quadro profissional; de onde vem; o número de pessoas que compõem a família; a faixa etária dos responsáveis por cada família; número de filhos por família; idade dos filhos residentes com os pais; nível escolar dos responsáveis e dos demais membros da família; a composição da área dos terrenos; estado de conservação e tipologia das habitações; condições de infra-estrutura (existência de banheiros, fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água). Tais informações permitirão compor o perfil do morador da comunidade do Arranha Céu, traçando uma figura que nos mostre quem é o morador desta área, o que faz e como vive, quais suas reais condições na comunidade do Arranha Céu e suas principais deficiências enquanto moradores de uma área de ocupação.

As informações foram obtidas através da aplicação de um cadastro sócio-econômico junto aos moradores da comunidade, em nossos últimos momentos de convivência, que nos permitiu a montagem deste perfil e o conhecimento da real situação destes moradores. A partir dessa experiência, poderemos destacar as condições em que viviam, até então, os moradores do Arranha Céu, isto porque nos dias em que terminávamos os cadastros chegaram à comunidade mais 2 famílias, que foram cadastradas por nós. Atualmente, uma verificação superficial da área, por uma passagem pela Via Expressa, permite constatar que entraram na comunidade, no mínimo, outras quatro famílias que construíram suas casas no final do morro, em uma área imprópria para moradia, trata-se de área de preservação permanente cuja alteração da vegetação e relevo acidentado coloca em risco a vida das famílias.

O que é triste confirmar, é que as construções irregulares serão freqüentes enquanto não houver uma atuação conjunta dos órgãos da administração municipal e estadual. Só a partir desta integração poderão ser criados mecanismos da administração direta, para enfrentamento concreto da questão habitacional aptos a fazer alguma coisa concretamente, pela ação municipal com apoio necessário e nem sempre obtido do poder público estadual e pela organização e conscientização das comunidades que vão se formando irregularmente em nossa cidade e também daquelas que se tornam os novos vizinhos.

CAPITULO I - UM BREVE HISTÓRICO

1. NASCENDO UMA COMUNIDADE. . . O MORRO DO ARRANHA - CÉU

Em fins de 1992 e início de 1993, entre os bairros Abraão e Coqueiros, mais precisamente na conhecida Vila Aparecida, comunidade que se formou também por ocupação, em dois momentos diferentes em tempo e espaço, dá-se a ocupação de uma outra propriedade privada. Esta, por situar-se ao lado do Morro do Arranha-Céu, passa a ser conhecida pelo mesmo nome, até entre os antigos ocupantes. A área com aproximadamente 15.350 metros quadrados, no início da ocupação acomodava 40 famílias (dados do cadastro realizado na época pelos técnicos da Divisão de Ação Comunitária do Departamento de Desenvolvimento Social da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis) oriundas, principalmente, do oeste do estado.

Os moradores da nova área ocupada receberam a primeira ação de despejo logo em seguida ao processo de ocupação. Recorreram, então, ao Fundo Municipal de Integração Social e ao prefeito recentemente empossado, aproveitando pela primeira o fato de ter pela primeira vez na administração municipal a presença de partidos de esquerda. Neste momento o PT, o PDT e o PPS estavam assumindo a prefeitura e traziam consigo o compromisso de lutar pelo interesse popular. O prefeito decretou então a área como de utilidade pública para fins sociais e posterior processo de desapropriação. Ao mesmo tempo o Fundo Municipal de Integração Social, tendo como conselheiro um representante de comunidades, contando ainda com uma vacância para o mesmo cargo, assumiu o compromisso de encaminhar as providências necessárias no sentido de tentar garantir a posse da terra aos ocupantes, e de solicitar à Secretaria

Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social o acampamento social e implantar posteriormente um projeto de assentamento e urbanização da área.

O Fundo Municipal de Integração Social, criado pela lei 3210/89 que destina-se ao assentamento de famílias de baixa renda e sua integração no espaço urbano. Era composto por três representantes da administração municipal e dois representantes das comunidades, por pressão das entidades comunitárias ligadas ao CAPROM. Em 1993 com o auxílio da assessoria técnica do Fundo, composta por técnicos do IPUF, da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, da procuradoria municipal, da COHAB e do CAPROM, pela lei 3769/92 foi criado um novo projeto de composição paritária do Fundo. Atualmente o conselho é composto por uma representantes da comunidade Chico Mendes, da Vila Aparecida e do Monte Serrat, todos eleitos pelas comunidades.

A Secretaria de Saúde e Desenvolvimento social, através do Departamento de Desenvolvimento social - Divisão de Ação Comunitária, passou a desenvolver trabalho social no local, segundo orientações do plano de trabalho da divisão. Com a transferencia de local de trabalho, passei a atuar nesta divisão em função da proximidade do período de estágio curricular e de meu interesse em fazê-lo em comunidades.

O trabalho da Divisão, na época, consistia no acompanhamento de áreas indicadas pelo Fundo Municipal de Integração Social, principalmente áreas ocupadas, com objetivos de “Contribuir para a redução do nível de carência das áreas de baixa renda do município, através de um trabalho de articulação entre os vários setores da Prefeitura e entidades governamentais e não governamentais que prestam serviços à população; Desenvolver um processo educativo na perspectiva de mobilização e organização popular, que viabilize a participação dos vários segmentos da população das comunidades carentes na definição e implementação de projetos alternativos que atendam as demandas sociais.”(Plano de Ação do

Departamento de Desenvolvimento Social) A Divisão de Ação Comunitária tinha a presença de sua chefe na assessoria ao Fundo, facilitando o contato e a proximidade de interesses. Na época, a divisão contava com três assistentes sociais, uma delas assumindo a chefia, e eu como educadora social. Era uma equipe pequena, que tinha como responsabilidade os problemas sociais que ocupavam a cidade de Florianópolis em seu aspecto mais complicado: áreas formadas a partir de ocupações de áreas públicas ou privadas, com constante chegada de migrantes na grande maioria oriundos de áreas rurais, ou seja, contato direto com a carência em todos os aspectos. A equipe trabalhava, com obstáculos, com as comunidades da Serrinha, do Arranha Céu, Areias do Campeche, Canasvieiras com a realização de cadastro sócio econômico e a Vila Santa Rosa também com a realização de cadastro sócio econômico e tinha grandes dificuldades em função de seus próprios limites e da dificuldade em garantir a todas as comunidades o atendimento e o trabalho necessários, de modo a somar forças. Atualmente, a população carente conta com a Lei Orgânica da Assistência Social como instrumento de atendimento em busca de suas necessidades.

A Divisão de Ação Comunitária tem, ainda como objetivos “Elaborar estudos e diagnósticos que identifiquem as demandas sociais das comunidades carentes; Participar na elaboração e implementação de projetos nas várias áreas como saneamentos, habitação e infra-estrutura urbana, assistência social, meio ambiente, saúde, educação, lazer e outras de acordo com as necessidades comunitárias; Apoiar e assessorar as comunidades nos processos organizativos locais, instrumentalizando-as para a implementação de projetos coletivos e de interesse popular; Implementar o atendimento social através de plantões na Secretaria Regional do Continente; Veicular informações que facilitem o acesso da população aos recursos e serviços sociais; Implantar um banco de dados específico na região do Continente.” A divisão conta com dois projetos básicos

que fundamentam suas ações que são o projeto de assessoria a organizações populares e o projeto de acompanhamento social a programas habitacionais. A divisão têm como principais atribuições “contribuir na definição e implementação de uma política habitacional para o município, prestando assessoria ao Fundo Municipal de Integração social e desenvolvendo um trabalho social aos programas de habitação e participação das comunidades na sua implementação; Contribuir na definição e implementação de uma política de participação popular, em articulação em articulação com outros setores da Administração Municipal, e prestar apoio e assessoria às organizações populares em seus projetos sociais; Desenvolver um trabalho de articulação junto à Prefeitura e outros órgãos(governamentais ou não) com vistas à redução do nível de carência da população das áreas de baixa renda do município.

Com o passar do tempo, e com as dificuldades encontradas no trabalho, a equipe em 1994 redefine sua estratégia de ação, optando pelo estabelecimento de critérios para a escolha das áreas a serem atendidas. A divisão do trabalho da equipe em diferentes áreas de atuação deu-se a partir da definição das comunidades. Cada membro da equipe, então, ficaria responsável por um número de áreas. Como minha primeira experiência foi na comunidade do Arranha Céu, acompanhando a assistente social Nóris Morales, decidi-me por ficar na área, sob a orientação da chefe da Divisão, Edna da Silva Berto, que assumiu a supervisão de meus trabalhos perante a universidade e a prefeitura.

A equipe passou a trabalhar obedecendo a seguinte dinâmica: além do trabalho nas comunidades, adotamos o projeto de atendimento assistencial na Secretaria do Continente, em função da proximidade aos moradores da região continental, por considerarmos a área como prioridade pela realidade e pelo número de comunidades formadas a partir de ocupações, possibilitando um trabalho mais direto com essa população. Dentre as comunidades atendidas foram montados os seguintes grupos: Arranha-Céu, que ficou sob minha

responsabilidade, sob a orientação da chefe de divisão, Jardim Ilha Continente, Morro da Caixa 1 e 2, sob a responsabilidade da assistente social Solange Maciel, Santa Terezinha 1 e 2, Nova Esperança, sob a responsabilidade de Nóris Morales, e Chico Mendes, Monte Cristo, Novo Horizonte sob a responsabilidade de Rosimere Laatsch.

A equipe definiu como critérios para a escolha das comunidades a serem atendidas os seguintes: comunidades em que o fundo ou a divisão tivessem compromissos assumidos anteriormente; áreas de legítimo; áreas com projetos de urbanização ou outros projetos encaminhados pelos técnicos da prefeitura; áreas com precariedade na infra-estrutura urbana e social, com necessidade imperiosa de intervenção social e também a existência de interesse da população em ter o trabalho da divisão.

O trabalho com a comunidade do Arranha Céu não era minha exclusividade como aluna em fase de estágio curricular, assumi a tarefa com outra estagiária, Carmen Lúcia Costa. Na realidade, éramos duas estagiárias com um grande número necessidades e conflitos, que a todo o momento vinham à tona, principalmente porque, para muitos moradores éramos as assistentes sociais da Prefeitura para atender às necessidades dos moradores. Na realidade, tínhamos consciência de nossas fragilidades, tínhamos claro que estávamos no momento de prática de ações que costumávamos ouvir como exemplo dos professores em sala de aula. Tínhamos clareza e consciência do período que estava iniciando-se, mas era mais do que estagiária, era também funcionária, e com sérias pretensões de continuar com o trabalho na divisão.

Por muitas vezes, entrei em conflito, pela oportunidade de trabalhar e fazer o estágio no mesmo local, com o privilégio de ter em minha companhia pessoas que iam orientando, esclarecendo, ajudando, sempre que a situação parecesse sem saída. Ao mesmo tempo, percebíamos que o dia a dia, com os problemas e necessidades da população, passava, às vezes, bem longe dos

exemplos de sala de aula. Na realidade, a prática ajuda na construção do saber teórico, mas não podemos considerar a produção teórica como um manual que exemplifica fatos e situações, à medida em que desconsidera as especificidades de cada fato, cada situação, as circunstâncias práticas que os delineiam, que os compreendem, que estão em sua volta. Outro motivo de conflito era o fato de que, como funcionária, tinha acesso a informações que muito poderiam ajudar, mas tinha dúvidas sobre a conveniência ou não de revelá-las, com medo de estar impedindo o processo natural de conhecimento sobre as possibilidades e caminhos que o movimento ia tomando.

O serviço social passou a assumir o trabalho no Arranha-Céu, a partir da orientação do Fundo Municipal de Integração Social, assumindo o cadastramento social dos moradores, conhecimento da área, contatos, entrevistas, visitas para aprofundar o diagnóstico da área e entrosamento com os moradores, identificação de demandas com atendimento de casos sociais, orientação e encaminhamento a recursos institucionais e comunitários. O contato constante com estes e o atendimento de suas necessidades mais imediatas, como encaminhamento a hospitais, escolas, creches, emprego, assistência social emergencial, auxílio das orientações organizativas de suas necessidades, dentre outras, que marcavam a vida da população.

Tínhamos um contato constante com os moradores do Arranha Céu, através de visitas durante a tarde, colocando-nos à sua disposição no que fosse possível, e participando das reuniões, com caráter organizativo, para definição e encaminhamento de propostas pelos próprios moradores. Passamos a estabelecer contato também com a associação de moradores da Vila Aparecida iniciamos o encaminhamento de prioridades apontadas por eles. Percebemos que a participação dos moradores do Arranha Céu foi sempre muito significativa durante todo o tempo em que trabalhamos na área.

O trabalho na área era acompanhado da estagiária Carmem Lúcia Costa. Tínhamos uma rotina de trabalho muito interessante. Chegávamos na comunidade logo no início da tarde, seguíamos para a visita aos moradores, no sentido de atender no que fosse possível. Ao caminharmos na comunidade, éramos conhecidas como as assistentes sociais da Prefeitura, termo que íamos corrigindo, nos momentos de conversa com os moradores. Tínhamos muitas solicitações de encaminhamentos médico para parentes próximos, seja para os próprios moradores. Solicitavam nosso auxílio também para a busca de emprego, casos que encaminhávamos ao SINI, na secretaria do continente. Havia, ainda, solicitações de auxílio na aquisição de alimentação, roupas, cobertores, casas, terrenos, aquisição das mais variadas coisas. Sempre que contávamos com a autorização do setor, encaminhávamos à divisão de Assistência Pública e Cidadania. Tínhamos, também, contato constante com o posto de saúde local, com a associação de moradores, com a creche local, com a escola do bairro e outros setores da prefeitura ou estado que pudessem nos auxiliar. Geralmente, usávamos como instrumento o encaminhamento da pessoa solicitante ao órgão solicitado, seja da administração municipal ou não. Contávamos também com o contato direto, via telefone, nas solicitações, que eram as mais variadas. Nem sempre conseguíamos o que nos era solicitado, mas nos esforçávamos bastante.

A equipe sempre levou em conta o Arranha-Céu como uma comunidade separada da Vila Aparecida, como se não tivessem muito em comum. Mesmo os moradores do Arranha-Céu não chamavam os da Vila Aparecida para discutir seus problemas. Ao convocarmos uma reunião com as duas áreas, a Associação de Moradores da Vila Aparecida colocou a necessidade de discussão e participação nos problemas do Arranha-Céu já que o mesmo fazia parte da Vila Aparecida, embora os moradores do Arranha-Céu não tivessem dúvidas em relação a esta questão. Nesta reunião, após longa discussão, optamos por considerar o questionamento da associação de moradores e difundir a idéia de

trabalho conjunto, mesmo que, na prática, houvesse muitas dificuldades em fazer com que ambos os lados assumissem definitivamente a idéia.

A partir desta época, passamos a assumir as duas áreas, por ser a Vila Aparecida um local com grandes problemas de urbanização, por não ter a titulação da área em nome dos moradores, pela carência identificada no local, enfim, pela necessidade de que a área fosse assumida.

Assim sendo, o trabalho na área passou a ser duplo, na medida em que os problemas e deficiências também dobraram, mas a prioridade ainda era o Arranha Céu, pois, mesmo não tendo a titulação da terra, a desapropriação da área da Vila Aparecida já estava definida e a garantia de permanência dos moradores estava acertada. O Arranha Céu, entretanto, só contava com a promessa do prefeito e a decretação da área de utilidade pública para fins sociais, ainda que, do ponto de vista legal, esta definição não valesse muita coisa. Nosso compromisso maior era auxiliar na luta pela garantia de moradia. Nesse sentido, consistia em refletir com os moradores na indicação dos mecanismos públicos que possibilitassem o melhor caminho para o alcance desse objetivo.

Torna-se necessário indicar que, mesmo com a definição do Arranha-Céu como área pertencente a Vila Aparecida, existiam alguns conflitos em relação a esta questão. Atualmente, ao que parece, tais conflitos tem sido superados mas ainda existem questões específicas das duas áreas que devem ser levadas em consideração e que, ao longo do tempo, foram indicadas, conscientemente ou não, pelos moradores das duas áreas. Para os habitantes da Vila Aparecida, os do Arranha-Céu serão sempre vistos como moradores da ocupação. Por outro lado, para os moradores do Arranha-Céu a Vila Aparecida não parece tê-los assumido com a atenção que esperavam, mesmo participando do cadastramento dos ocupantes pelo extinto CAPROM, Centro de Apoio e Promoção ao Migrante, que, na época, orientou a associação de moradores da Vila Aparecida.

Embora exista a consciência de pertencerem ao mesmo espaço, os moradores do Arranha-Céu, em vários momentos, levantaram a possibilidade de criar uma associação, composta especificamente pelos moradores, e com objetivos comuns à sua realidade. Com as eleições da Associação de Moradores da Vila Aparecida, a chapa vencedora trouxe a idéia de conselhos por área. Somente o conselho de representantes do Arranha-Céu foi escolhido e vem se posicionando, e tais membros são reconhecidos como representantes do Arranha Céu na composição da Associação.

Analisando de forma objetiva, deve-se levar em consideração que a idéia dos conselhos não foi pensada de forma madura, planejada, pelas pessoas que compõem a diretoria da associação de moradores. Na realidade, a presidente da associação teve a idéia em função de nossa constante discussão sobre descentralização dos debates, de acordo as necessidades de cada área. Ao que parece, a intenção e a idéia foram muito boas, mas não chegaram a ser discutidas com toda a equipe que compõe a associação de moradores. Portanto, podemos concluir que a presidente, embora com boas intenções, grandes preocupações em relação ao crescimento de seu espaço e a melhoria das condições de vida da população local, não costuma dividir as verdadeiras questões que afetam a comunidade e que deveriam passar pela aprovação dos envolvidos.

A primeira escolha de representantes das diferentes áreas da Vila Aparecida para os conselhos deu-se entre os moradores do Arranha-Céu. Nesse ínterim, convocamos uma reunião para discutir a questão da terra, pelo fato dos moradores terem recebido a notícia de que seriam despejados, segundo eles, através de um noticiário na televisão. O fato é que a presidente da associação aproveitou a presença massiva dos moradores e, ao fim da reunião, sugeriu a idéia de composição de um conselho que, além de representar os moradores do Arranha Céu na discussão sobre a terra com o prefeito, fosse responsável pelas questões de ordem prática que envolvessem a comunidade. A idéia foi bem

aceita, não só em função da difícil discussão com o prefeito acerca da terra, mas também por que para os moradores do Arranha - Céu tinham uma representação no muito significativa nas discussões da associação de moradores, e interessavam-se em participar do processo de definição de decisões pela associação, onde, certamente, seriam tomadas decisões importantes para o rumo do movimento. Os demais conselhos, infelizmente, não foram formados nas outras regiões da Vila Aparecida.

Na medida em que mais nos aproximávamos dos moradores, mais crescia nosso compromisso com seus problemas, com suas dificuldades. Assim, nosso contato com os moradores ficou mais constante, e nosso envolvimento com as questões individuais e coletivas nos foi indicando novos caminhos a serem seguidos, a fim de alcançarmos os objetivos apontados pelos moradores.

Com um maior envolvimento com os moradores, pudemos perceber que, embora houvesse grande preocupação com os problemas coletivos, relacionados a todos os moradores a questão de ordem individual prevalecia. Ao nosso ver, a grande demanda dos moradores estava mais relacionada às questões individuais, de uma maneira ou de outra, como trabalho, alimentação, médicos, madeiras, etc. Dessa forma, podemos deduzir que, mesmo com o problema em relação ao local de moradia, para essas pessoas a “adaptação” ao novo espaço não se resumia somente à moradia, em si sendo, na verdade, uma adaptação do cotidiano a um mundo desconhecido, diferente da realidade a que pertenciam, da realidade que conheciam. A grande maioria dos moradores vem do interior do estado, vem da área rural, e tal fato exige uma postura bastante diferenciada. Em meio as características de uma nova realidade, a adaptação passa não só pelo espaço físico, mas também pela própria dinâmica singular da cidade, completamente diferente da dinâmica do campo.

Temos que considerar, porém, que, o que inicialmente parecia um problema individual a ser discutido, avaliado com a comunidade, passa a ser

compreendido, na sua dimensão coletiva. Para exemplificar essa questão tomemos duas situações. Em primeiro lugar, pensemos nos problemas individuais em relação à busca de assistência médica, na medida em que cada um sofre com a falta de profissionais de saúde, e ao discutirmos tal questão, o que antes era só um problema individual passa a ser visto como um problema coletivo que afeta todos os moradores. Em 1994 enfrentávamos sérias dificuldades com a falta de médicos no posto de saúde da Vila Aparecida, além de muitas reclamações em relação ao atendimento. Vários moradores fizeram a denúncia individualmente, e, em uma de nossas reuniões, sugerimos que tomássemos uma atitude coletiva. Após longa discussão, decidimos marcar uma reunião com o secretário municipal da saúde e desenvolvimento social, e elegemos duas pessoas responsáveis pela discussão com o secretário, o vice presidente da associação de moradores e outra moradora, juntamente com a chefe da divisão. Marcamos, então, uma nova reunião no posto de saúde, com o secretário de saúde e o maior número possível de moradores. Na ocasião, o secretário nos informou que o departamento de saúde vinha enfrentado grandes problemas com a equipe local, e a participação da comunidade nessa discussão seria de grande importância. O dia da reunião foi marcado pela presença de um bom número de moradores participantes. O secretário chegou no horário combinado, e sugeriu que as pessoas com problemas e reclamações se colocassem. Muitos moradores daí manifestaram-se, reclamando do atendimento e sugerindo a contratação de novos profissionais, como atendentes de enfermagem, enfermeiros, médicos pediatras, dentre outros.

O secretário colocou a impossibilidade de concurso apenas para o próximo ano, mas indicou como alternativa a possibilidade de contratação via serviços prestados. Os servidores, por sua vez, colocaram a dificuldade de trabalhar com alguns moradores. A associação se comprometeu em levar tal reflexão para reunião, a fim de que tentássemos melhorar as condições de atendimento reciprocamente. A reunião contribuiu no sentido de auxiliar na

melhoria das condições de trabalho e na tentativa de ajudar no trato dos moradores para com os servidores. Embora tenha se comprometido, o secretário, mesmo com nossos contínuos pedidos, só cumpriu sua parte com a contratação do pessoal especializado em 1995, com o concurso.

A experiência que vivemos com esse fato foi riquíssima, pois a discussão passou não só pela análise dos direitos dos moradores, mas também pelos compromissos, que, como cidadãos, temos com o bem público. O fato é que os moradores não são somente sujeitos de direitos, mas também de deveres em relação às questões que envolvem a coletividade. O que realmente percebemos é que, embora as reclamações feitas pelos moradores fossem muito justas, o interesse maior estava em tentar resolver os problemas de relacionamento entre moradores e funcionários, visando à melhoria das condições e da qualidade de atendimento no posto de saúde da comunidade.

Outro exemplo a considerar é a discussão acerca da falta de água. Todos os moradores carregavam água por uma distância de uns 300 metros de extensão, numa área muito inclinada, o que obrigava homens, mulheres e crianças a descansar por várias vezes antes de chegar ao destino final. Essa era uma reclamação constante no morro, e, em uma reunião, sugerimos fazer contato com o Fundo Municipal de Integração Social, para marcarmos uma reunião com a CASAN, pedindo providências. A sugestão foi aceita, marcamos a reunião para o dia 07/03/94, às 14:00 horas, na CASAN. O encontro foi realizado com o presidente do Fundo, o secretário da saúde e desenvolvimento social, o então senhor Ricardo Baratiere, juntamente com os membros da assessoria do fundo, arquiteto João Maria, a chefe da divisão de Ação Comunitária, Edna da Silva Berto e representantes dos moradores. Foram ressaltando a importância e a prioridade da questão, e os moradores também colocaram a necessidade de encaminhamento da questão urgentemente.

Um mês se passou e os moradores resolveram marcar uma manifestação para o dia 26 de abril. Um grupo encarregou-se de fazer cartaz, um morador que trabalhava na empresa de transporte “Reunidas” conseguiu um ônibus, e decidiu-se colher assinaturas em um abaixo assinado. Encontramo-nos na praça em frente ao IPUF, os moradores chegando em passeata, gritando que tinham direito à água como qualquer cidadão. Seguimos até a CASAN no mesmo ritmo; eram mais de 50 moradores, muitas crianças e a associação de moradores da Vila Aparecida estava representada pelo presidente, senhor Artur. Participaram também o vereador Lázaro Daniel do Partido dos Trabalhadores, então candidata a deputada estadual, hoje eleita, Ideli Salvatti chegando ao nosso destino, logo provocamos alvoroço. O presidente da CASAN iria receber apenas uma comissão, e na hora escolhemos o presidente da associação, três moradores, o vereador, a deputada e eu, a pedido dos moradores. O senhor Bulcão Viana, então presidente da CASAN, recebeu a comissão em sua sala, onde os moradores entregaram o abaixo assinado. Falamos do problema, lembramos a reunião com a presença do secretário da saúde, representando o Fundo, as dificuldades passadas pelos moradores, e exigimos uma tomada de decisão. O presidente da CASAN marcou uma visita à área no dia 29/04, quando daria uma posição quanto à questão. Saímos da audiência, colocamos para os moradores o que havia se passado e, por sugestão do vereador Lázaro Daniel, fomos conversar com o prefeito, para que ele também participasse da visita e tomasse uma posição em relação à área. O prefeito não estava, e o chefe de gabinete, senhor Faraco nos atendeu e se comprometeu a passar as informações para garantir sua participação.

No dia da visita chegamos à área às 16:00 horas, horário marcado pelo presidente da CASAN, que já estava reunido com os moradores, juntamente com o presidente do IPUF, representando o prefeito. O presidente anunciou, então que a CASAN estudava um projeto de construção de um grande reservatório de água, que abasteceria não só o Arranha Céu, mas toda a área próxima a Coqueiros. Até

a realização do projeto, optamos por conversar com o engenheiro Nelson Altoff, superintendente da CASAN, que nos encaminhou ao senhor Mário Losso, outro chefe, que sugeriu a instalação de torneiras comunitárias até que o projeto fosse totalmente concluído. De imediato foram instaladas 4 torneiras para uso comunitário.

Em 1995, o reservatório de água foi construído, não segundo o projeto inicial, mas, ainda assim, garantindo água para todos os moradores, que, inclusive, participaram da construção, na medida em que um grupo foi contratado pela empresa ganhadora da licitação. Hoje todos os moradores do Arranha Céu têm água encanada.

Percebemos a constante disposição dos moradores em participar de novas reuniões. Ao abordarmos a questão terra, tentávamos pensar as sugestões de encaminhamentos, apontando as estratégias que poderiam ser tomadas em relação ao serviço público: com quem poderíamos contar? quais as melhores estratégias? por quais formas legais de encaminhamentos deveríamos optar? onde poderíamos conseguir as informações necessárias que viessem a contribuir para o processo de legalização da terra?

Como vemos, tanto a mobilização quanto a participação não são fenômenos perenes e espontâneos. Manter o movimento na comunidade significa investir também na desmistificação de alguns protagonistas, no estímulo e fortalecimento de outros sujeitos, capazes de exercer a liderança do processo democraticamente. Com certeza, trata-se de um desafio, dadas a contraditoriedade e a complexidade das relações e situações vividas. Analisar esse processo constitui o objetivo do próximo item, de forma a vislumbrarmos as perspectivas a serem alcançadas e conquistadas.

1.2 AS LIDERANÇAS E AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO

Com o passar do tempo, percebemos que muitas pessoas mereceram destaque como lideranças, muitas de forma silenciosa, simples, mas presentes nos melhores e mais significativos momentos, outras de forma pretensiosa, cobrando sempre a presença em todos os momentos, de forma agressiva aos olhos dos demais.

Durante o tempo em que estive presente como estagiária da Universidade Federal de Santa Catarina na comunidade do Arranha - Céu, mais precisamente 1 ano e 6 meses, e também como funcionária, foi possível perceber que as lideranças vão surgindo conforme a atividade ou o movimento que se está realizando. Na verdade, não temos grandes lideranças permanentes na comunidade. A maioria dos moradores está sempre envolvida com atividades que visem ao ganho financeiro. Mesmo os que não têm trabalho fixo estão sempre em busca de atividades que visem ao retorno econômico. Geralmente, os moradores são obrigados a desempenhar tais atividades comprometidos com sua própria subsistência e a de sua família. Convém lembrarmos neste momento que, embora a população brasileira passe pela ilusória impressão de que vivemos um período de estabilidade econômica, os índices de desemprego continuam aumentando; a população de rua alcança um número significativo nas grandes cidades brasileiras; a campanha proposta por Betinho, a Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, muitas vezes continua tendo que reivindicar e proporcionar, ainda que precariamente, as ações o que o Estado não tem feito; a mendicância, a miserabilidade, continuam demonstrando o sofrimento de um grande número de brasileiros, que têm suportado, muitas vezes em silêncio, as condições de vida mais desumanas. Tendo em mente tal contexto é que devemos considerar as

lideranças do Arranha Céu, muitas as quais, muitas vezes, foram surgindo por necessidade. Pode-se afirmar que grande parte dos moradores tem consciência de sua participação no processo de desenvolvimento da comunidade, embora as atividades que garantem a manutenção de sua família venham em primeiro lugar. Sendo assim sua participação tem como fator inibidor a sua própria condição financeira. Uma presença massiva de moradores acontece quando a necessidade pelo bem desejado é maior do que o compromisso. Em tais ocasiões, muitas pessoas vão surgindo como liderança à proporção em que os movimentos vão tomando forma.

Seja na luta pela implantação da água na comunidade, seja nas discussões sobre a posse da terra, seja no movimento pela melhoria do atendimento à saúde, o compromisso dos moradores é estabelecido desde que não atrapalhe sua luta pela subsistência. É preciso que olhemos com respeito a participação de todos e valorizemos sua disposição em contribuir para o sucesso do movimento, tanto trabalhando na confecção de cartazes, como na distribuição de avisos explicativos, ou ainda pela presença viva e atuante no movimento.

Nesse sentido, é preciso destacar que muitos moradores contribuem para a realização e definição de ações em busca da melhoria das condições de moradia no morro do Arranha Céu, mesmo que essa contribuição não signifique a participação direta na atividade programada. São, sobretudo, coadjuvantes, mas é com a soma dos esforços que vamos construindo um movimento forte, de peso, que vise à conquista de interesses concretos e coletivos. Um fato importante a ser citado é que muitos moradores participaram da manifestação pela aquisição de água, outros participaram na distribuição de bilhetes informativos, outros na elaboração e confecção de cartazes, outros na coleta de assinaturas para o abaixo assinado, e muitos se fizeram presentes deixando outros compromissos para outros momentos, conforme sua disponibilidade. Mas, de uma forma ou de outra, todos participaram, todos contribuíram para a aquisição de uma rede de água para

o abastecimento dos moradores do morro do Arranha Céu. É claro que a participação de algumas pessoas vai ganhando espaço, na medida em que vão se destacando mais do que as outras, seja pela forma de manifestação, seja pela liderança natural na execução de determinadas tarefas e na condução do movimento.

Muitas vezes nos deparamos com lideranças extremamente negativas, que se propõem a articular ou conduzir o movimento conforme sua própria vontade, conforme seus próprios interesses, aproveitando o fato de estarem na execução de determinadas atividades para conseguir a realização de benefícios que só venham a atender seus próprios interesses pessoais. Frequentemente, atrapalham a atividade realizada e impedem o sucesso dos movimentos, de forma violenta e desrespeitosa, induzindo ao afastamento de pessoas que poderiam contribuir muito para o seu sucesso.

Há, ainda, as lideranças que se bastam na condução do movimento. Pessoas que pensam ter respostas para todos os momentos, para todas as situações, enxergando o movimento como um corpo distante das pessoas que o realizam, como se sua presença fosse fundamental para a existência do movimento, sua decisão fosse óbvia, sua opinião sempre positiva. Além de não dividir informações, esse tipo de liderança peca por não proporcionar a todos o direito de se manifestar, de opinar, de fazer sua escolha, e o direito de se omitir diante da exigência de uma manifestação imediata, ao não possuir disponibilidade para tanto.

Devemos concordar quanto à importância das lideranças nos movimentos populares, nas comunidades, nos espaços, de modo a revelar as contradições existentes na sociedade. É importante que registremos que muitas dessas lideranças vão surgindo, à medida em que o movimento vai acontecendo. Muitas pessoas já têm uma tendência natural para concentrar a atenção dos outros, seja por meio de grandes incentivos, seja por uma questão de

necessidade, mesmo sem a pretensão de impor o sentido e a forma de orientação em que acreditam. Tal sentido vai se formando, solidificando-se gradativamente em determinadas pessoas, criando entre as demais, o mito, o incentivo, a confiança, a referência necessária para que o movimento realizado tenha perspectivas de sucesso.

Convém salientarmos que é de fundamental importância os movimentos estabelecerem um objetivo a ser alcançado, um propósito, um fim a ser seguido. É muito importante que os componentes do movimento definam esse objetivo, esse propósito, de forma que sejam ouvidos. Para tanto, é necessário que se tenha organização, clareza do que se quer buscar e de onde se quer chegar. As lideranças surgem no movimento, muitas vezes lentamente, de maneira a estruturá-lo, ajudando em sua condução, orientação e organização desse movimento. É através das posturas e do compromisso com as democracias, e da recusa ao autoritarismo, que o processo de organização e mobilização da sociedade revela-se em sua real potencialidade.

A importância da presença de lideranças nos movimentos é palpável, na medida em que vão surgindo e se firmando, tornando-se necessárias e fundamentais. Ao prosseguimento do movimento, dando-lhe um novo impulso e apontando caminhos a serem refletidos. Teoricamente, devemos estar convictos de que muitas lideranças têm a clareza de onde querem chegar, os propósitos e objetivos do movimento, os caminhos a serem seguidos para o alcance dos objetivos e muitos outros fatores que, erroneamente, atribuímos somente àqueles que receberam da educação formal as respostas às perguntas que fazemos para caracterizar o movimento. Muitas vezes recusamos a idéia de que os caminhos que nos foram ensinados não são os únicos disponíveis e possíveis. Em várias situações, deparamo-nos com dificuldades, e vamos aprendendo a superá-las, educando-nos, ensinados por nós mesmos, por nossos próprios limites. Assim,

aprendemos a superar o que for necessário para conseguirmos alcançar os objetivos que traçamos.

Podemos dizer que, na medida em que fomos nos aproximando, conhecendo as pessoas com quem íamos trabalhar, tivemos a clareza do que poderíamos fazer, onde poderíamos chegar e com quem poderíamos contar para que o movimento fosse criando corpo, É nesse momento que o trabalho das lideranças se fortalecendo, toma conteúdo, aparece. Na comunidade do Arranha Céu já citamos as formas como elas foram se delineando, o perfil que foram assumindo, sem fazer menção às ações nas quais foram aparecendo, e sem nomear ou numerar os elementos que compõem esse conjunto, apenas mostrando como foram surgindo, adquirindo sua essência, ganhando espaço enquanto, as coisas e os fatos iam acontecendo na comunidade.

Não podemos deixar de registrar, porém, que, com o surgimento das lideranças, foram surgindo também os obstáculos, dificuldades para trabalharmos e para respondermos às nossas deficiências, às nossas necessidades. Todos sabemos que, muitas vezes, para responder as necessidades de um grupo composto por pessoas autoritárias, pessoas pretensiosas, omissas e, sobretudo, por pessoas que não respeitam a opinião e definição dos outros, é preciso trabalhar quase na clandestinidade, deve-se ir questionando na medida em que informalmente, vai-se ganhando espaço. Antes de confrontarmos com as resistências, temos que conquistar confiança e legitimidade.

Só podemos concluir, com isto, que a comunidade do Arranha Céu não é diferente de outras quando falamos no surgimento e na formação de lideranças.

Não podemos esquecer, entretanto, que o Arranha Céu tem a seu alcance a possibilidade de surgimento de muitas outras lideranças, que possam vir a fortalecer ou até destruir a difícil luta pela aquisição definitiva do direito à moradia.

II CAPÍTULO

OS MORADORES DO MORRO DO ARRANHA CÉU: O PERFIL SÓCIO ECONÔMICO

2.1. PROPRIEDADE PRIVADA E EXCLUSÃO SOCIAL

Para deixarmos clara a questão a que nos propomos trabalhar neste TCC, devemos ter ciência de alguns problemas que, a todo momento, vão estar presentes quando nos depararmos com o estudo de comunidades que vêm se formando em nossa cidade a partir da ocupação dos espaços urbanos. É de fundamental importância, então, que analisemos também a conjuntura que envolve esse determinado fenômeno, quando nos propomos a compreendê-lo na plenitude e, sobretudo, a entender quem são os sujeitos desta história.

A cidade de Florianópolis, com mais de dois séculos de existência, na última década vem sofrendo uma grande transformação nos padrões de constituição de comunidades. Houve grande aumento na população de moradores, juntamente a um grande crescimento no domínio de terras habitadas do município, justificado, em parte, pelo número de migrantes que vêm chegando ao município constantemente, mas relacionado também com o empobrecimento da população local nas últimas décadas. Boa fatia dessa transformação pode ser compreendida a partir do aumento do número de comunidades formadas pela ocupação de áreas públicas ou privadas, número proporcionalmente significativo para a história do município. Atualmente, temos 46 dessas áreas espalhadas pela cidade, 18 no continente e 26 na ilha (dados do Perfil de áreas carentes do município, do IPUF e SMSDS). Tais comunidades trazem um grande número de problemas, pois a grande maioria delas não têm a infra-estrutura suficiente para atender às necessidades da população local.

Existem muitas questões a serem consideradas para podermos entender de fato o que leva a população a optar por ocupar um espaço que não lhe pertence para construir sua morada. A primeira questão a ser considerada é o

sistema político-econômico a que estamos submetidos. O sistema capitalista, ao longo do tempo, foi solidificando a sua hegemonia no mercado, seguindo seus rumos e projetos e impondo as diretrizes que o interessavam e compunham. Na medida em que o mercado vai regendo e firmando as regras do jogo a ser seguido, constrói e dá as garantias para quem é o produtor e o trabalhador; quem produz e quem será o dono do bem produzido, Na realidade, produz a desigualdade, embora estabeleça a ilusão de que as oportunidades são as mesmas para todos. O modo de produção de base capitalista “pressupõe o fracionamento da terra e dos demais meios de produção”(Marx Engels . 1982: 19). A propriedade privada surge em oposição à propriedade social coletiva e designa a transformação da “propriedade atomizada de muitos em propriedade gigantesca de poucos”, resultando na “expropriação de grande massa do povo, privando-o da terra e do meio de subsistência e instrumentos de trabalho .” (Marx Engels - 1982: 20). A questão da propriedade privada, que é a base de sustentação do sistema capitalista, legitima e propicia a propagação do direito à acumulação, em virtude de distinguir, pela aquisição de propriedades, quem produz e quem detém as formas de produção.

No campo ou na cidade, a distribuição do solo é desigual e leva milhares de pessoas a uma luta constante pelo espaço de moradia. Todos temos que morar em algum lugar, de alguma forma. A moradia é parte da própria identidade do indivíduo cidadão. Davi Harvey nos diz que o solo, na economia capitalista contemporânea, é uma mercadoria diferente de outras, por que não tem a característica de poder ser removida, carregada ao comprar, e por que nenhum indivíduo pode dispensa-la. “...não posso existir sem ocupar um espaço, não posso trabalhar sem ocupar um lugar e fazer uso de objetos materiais aí localizados e não posso viver sem moradia de alguma espécie...” (Harvey - 1980:135).

Para o sistema capitalista, a cidade representa a concentração da estrutura necessária à instalação e à produção industriais “A cidade não é de modo algum um fenômeno autônomo, sujeito à leis de desenvolvimento, distintas das leis da acumulação capitalista.”(Lojhine - 1981:222) Quando o espaço é visto como mercadoria, automaticamente adquire um valor de uso e de troca.

Isso significa que terá um preço. Esse mesmo sistema que dá ao espaço a condição de mercadoria não dá à população condições objetivas de adquiri-la.

Eis a grande contradição do sistema capitalista. Temos cidades, como a de Florianópolis, inchadas, com pessoas expulsas do campo em função da especulação e da crise da atividade agrária do pequeno produtor. O solo, e sobretudo o solo urbano, não é garantido de forma coletiva e legal para os mais pobres, buscando-se soluções alternativas para a questão: ocupação de áreas públicas ou privadas, pontes e viadutos.

É de fundamental importância que entendamos que, se o mercado estabelece suas regras e é formado por homens, esses homens vão propagá-las de forma a que possam servi-los. Não é bom para o mercado que se divulgue a idéia de igualdade de oportunidades. Propaga-se, sim, a idéia de que pode-se consumir tudo, quem tem competência para comprar. O mercado sobrevive pelo consumo, e ele define as regras para sua própria manutenção, define o lucro como seu provedor e cria o dinheiro como definidor de oportunidades. Pois bem, o mercado define o que pode ser transformado em mercadoria e atribui preços que a definirão como de valor não somente de uso, mas também o valor, de troca. O mercado utiliza-se da terra, não só como usa uma mercadoria, mas a utiliza, também, como forma de manutenção de sua soberania, já que estabelece preços que não serão alcançados pelos consumidores como um todo. As mercadorias, das mais inúteis às mais necessárias, serão alcançadas por uma minoria. Por muito tempo, a terra significou a própria possibilidade de aquisição dos mais

diversos bens, a possibilidade e a capacidade de produzir e comercializar os bens necessários à manutenção do próprio mercado.

Por imposição deste mesmo mercado, para a garantia de sua manutenção, os brasileiros passaram a ter, em seus anais, o incentivo à urbanização. Passa-se, por iniciativa do próprio mercado, a investir no projeto de industrialização do Brasil. O apogeu da industrialização brasileira, por volta de 1950, cria mecanismos de atração da população rural para responder às necessidades da industrialização urbana. Além disso, a falta de políticas agrícolas e agrárias aumenta o desestímulo à permanência da população rural em seu espaço de origem, levando um grande contingente a trocar seu espaço de moradia.

Nesse período, a idéia de cidade residia na oportunidade de aquisição dos bens produzidos por ela.

Essa imagem de cidade promissora passa a ser largamente propagada, levando um grande número da população rural a se deslocar rumo ao Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, dentre outras. As capitais exercem maior poder de atração, por serem centros de referência dos meios de comunicação e pela grande demanda de mão de obra que representavam, resultando numa significativa inversão no quadro populacional brasileiro. Em 1950 64% da população vivia na área rural; em 1990 a população rural brasileira não passa de 25%, enquanto a urbana supera os 75% (IBGE- 1992)

Em Santa Catarina o mesmo fenômeno é percebido. Na década de 60 a população rural catarinense era de 68%, e a urbana 32%. Em 1985 apenas 35% da população permanecia no campo, e 65% engrossava as cidades (Mattos - Jornal de Santa Catarina - 1992). Podemos afirmar que a crescente migração se dirigiu para as cidades-pólos catarinenses de Blumenau, Brusque, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Lages e Joinville, municípios mais populosos , concentrando cerca de 50% da população de todo o estado, com população predominantemente urbana e crescimento populacional de 2% ao ano. Esse é o

resultado da industrialização iniciada na década de 50 e da falta de políticas agrícolas e agrárias que permitissem a manutenção da população em seu espaço de origem. Há que se ressaltar que todo esse processo se dá de forma caótica, sem compromisso efetivo dos poderes públicos em proporcionar condições dignas para os cidadãos imigrantes

É importante analisar também o quadro de distribuição de terras no Brasil: enquanto 3,3 milhões de pequenos agricultores (que possuem até 20 hectares de terra) detêm 19.735.000 hectares de terra, 20.019.512 hectares estão concentrados nas mãos de 20 latifundiários, representando 5% do território nacional. Apenas 1% dos donos de terra detêm 45% de todas as terras. As multinacionais, por sua vez, controlam 36 milhões de hectares, ou seja, quase o dobro dos lavradores brasileiros. Apenas 10% dessas terras de latifúndio são cultivadas, e ficam sem uso 160 milhões de hectares de terra. Enquanto isso, do total de 23 milhões de trabalhadores acima de 10 anos, um em cada três precisa migrar para manter sua subsistência (Cheiro da terra- 07/91).

Com certeza, a crise urbana generalizada no Brasil, hoje, na maioria das cidades, faz parte de um contexto mais amplo, dado pelo crescimento habitacional descontrolado ou pela migração que eleva o crescimento da população urbana. Vincula-se diretamente à própria lógica de exclusão do sistema político-econômico contemporâneo. As políticas habitacionais brasileiras não têm dado conta da demanda que vem crescendo progressivamente. Pautadas em propósitos políticos e econômicos, essas políticas definem-se a partir de 1964, concebidas nos gabinetes do Sistema Financeiro de Habitação com um “modelo” de auto-sustentação financeira, ...sem recursos de origem orçamentaria a política habitacional brasileira é incapaz de promover moradias para a população de baixa renda e torna-se inviável, mesmo para a classe média em conjunturas recessivas”(caderno CEAS - 1990: 43).

A política habitacional brasileira não teria condições de acabar com o problema de moradia no país, por dois motivos básicos: primeiro, se examinarmos o campo de investimentos do Sistema Habitacional Financeiro em seus 22 anos de existência, verificamos que este foi se diversificando para áreas de saneamento, transporte, apoio à indústria da construção civil e constituição de pólos econômicos; segundo, pela burocracia do sistema de repasse de recursos, vinculados pelos bancos privados antes de serem repassados ao BNH (Banco Nacional de Habitação), além do repasse de parte dos recursos a agentes promotores. Ou seja, destinava-se, prioritariamente, a subsidiar a iniciativa privada da construção civil, ao mesmo tempo em que legitimava o regime militar junto às classes médias, pela oportunidade de aquisição de casas próprias.

Como já mencionamos, a luta pela garantia de um espaço de moradia vai tomando rumos alternativos, principalmente para a camada empobrecida da população que chega às cidades dia após dia em busca de novas oportunidades.

O exemplo mais comum da forma alternativa de aquisição de moradia é a ocupação de áreas públicas ou privadas. A ocupação é vista como a forma mais rápida de espaço de moradia, reproduzindo a lógica do capital, que vê o solo como mercadoria, atraindo a chamada especulação imobiliária, aqui como “especulação da própria miséria.”

Uma séria questão a ser considerada no processo alternativo de aquisição do espaço de moradia é justamente a reprodução da lógica capitalista.

Não podemos levantar nenhuma hipótese sobre tal processo, por não ser esse o objeto de nosso estudo, embora consideremos de fundamental importância seu estudo futuro, para o entendimento aprofundado da questão.

Acreditamos que essa especulação, muitas vezes, não caracteriza a pura e simples acumulação de capital, podem-se levantar várias hipóteses que justifiquem o problema, mas, pelo tempo em que temos trabalhado com a população do morro do Arranha Céu, e pelas conversas em torno do assunto com

alguns moradores, podemos arriscar a afirmação de que o processo de adaptação das pessoas oriundas da área rural à cidade é bem mais lento do que o desejável, forçando, muitas vezes, esses moradores à venda do próprio espaço alternativo de moradia, já que, para a grande maioria, é o único bem de valor que pode ser vendido.

A comercialização dessas áreas, quando acontece, não é feita pelo valor do mercado, muitas vezes chega a ser insignificante, totalmente abaixo do valor real da área. Podem acontecer, também, as trocas, com áreas com os mesmos padrões ou não. Essa especulação não tem as mesmas características de uma especulação imobiliária de grande porte, que, muitas vezes, não respeita os interesses de preservação da própria área onde está localizado o imóvel ou terreno.

Uma das questões que nos levam a pensar seriamente no problema da especulação imobiliária é a própria lógica capitalista da propriedade privada, associada ao poder e à detenção de decisões. Na realidade, a idéia de propriedade privada, embora exista há muito tempo, vai evoluindo e fortificando-se, fortalecendo-se, ganhando espaço e tornando-se a tal ponto aceita por todos, que não conseguimos pensar na possibilidade de propriedades coletivas, longe do conceito de a propriedade individual.

Podemos dizer que a população dessas áreas sofre por uma série de dificuldades, seja pela falta de infra-estrutura adequada, ou pela dificuldade de adaptação ao novo espaço, à nova realidade, seja pelos problemas relacionados às condições sócio-econômicas que, muitas vezes, além de contribuírem para a mudança do espaço de moradia, proporcionam, objetivamente, a falta de opção na luta pela manutenção de suas famílias.

2.2. PERFIL DOS MORADORES DO ARRANHA CÉU

A década de 90 é marcada por vários acontecimentos que consolidaram a dinâmica de participação política brasileira. Após 20 anos, os brasileiros finalmente vão às urnas escolher o presidente da república em 1989, nesse momento houve grande participação da população na defesa de seus candidatos.

Na época, os dois expoentes da disputa eram Fernando Collor de Melo, candidato do partido da renovação nacional - PRN, e Luiz Inácio Lula da Silva, defendendo a Frente Popular. Fernando Collor de Melo vence as eleições e assume a presidência do país, com o confisco da poupança e aplicações financeiras como parte do plano Brasil Novo, deixando a população surpresa, pois contrariava as promessas de campanha.

A gestão Collor de Melo trouxe grandes conseqüências para o país. Durante seu governo, o país viveu um sério momento de recessão econômica, encoberta por uma estratégia de marketing político que propagava uma imagem de jovem atleta, competente, de luta contra a corrupção, incansável, quando na verdade, escondia uma personalidade difícil, e um governo corrupto e incapaz, que foi revelado a sociedade por seu irmão Pedro Collor, desencadeando o processo de impeachment do presidente, com a aprovação e mobilização da sociedade.

Com a saída de Collor, assume a presidência do país o vice Itamar Franco. Seu governo mostrou-se sem muita ousadia onde. O Brasil continuava com uma taxa média de inflação superior a 30% ao mês. Durante o governo de Itamar, a grande novidade foi o lançamento da nova moeda brasileira, o real, durante a gestão do então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, conhecido intelectual brasileiro, exilado no governo militar e com uma grande história ligada à intelectualidade de oposição. Com o lançamento do plano real,

que estabiliza a moeda brasileira e mantém a inflação a uma taxa de 2% ao mês, projeta-se em Fernando Henrique a figura ideal para assumir a presidência do país: alguém com renome nacional e internacional, e um grande carisma, capaz de conquistar a população brasileira carente de um ídolo em quem confiar. Investe-se no salvador da pátria, alardeado pela mídia e apoiado por um grande arco de alianças, tendo à frente o PSDB, seu partido, dito social-democrata, e o PFL, conhecida legenda das oligarquias e das elites mais poderosas e conservadores do país.

Em 1992 acontecem novas eleições para presidente, e entram na disputa Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Fernando Henrique vence as eleições mesmo no primeiro turno. Pode-se dizer que o grande cabo eleitoral de Fernando Henrique foi o plano real, que, à primeira vista, satisfaz a maioria da população, apesar do aumento do desemprego, das equívocas reformas constitucionais em curso, da possibilidade de alterações no projeto de aposentadorias, da propagação das idéias neo-liberais de minimização do Estado em todas as instâncias governamentais.

Ainda em relação às eleições, acontecem em 1992 os pleitos municipais. Em Florianópolis vence a Frente Popular, composta por PPS, PT e PDT, que vem marcando a história do município. Pela primeira vez, partidos de esquerda assumem a Prefeitura de Florianópolis com a proposta de inversão das prioridades, “Humanização da Cidade e participação da população” na definição das obras a serem realizadas, através do orçamento participativo. É bom que tenhamos todas essas questões presentes antes de analisarmos o perfil dos moradores do Arranha Céu, pois devemos avaliá-lo tendo clareza da importância desses fatores no agravamento das dificuldades que levaram grande parte da população de áreas rurais a mudar seu espaço de moradia.

Atualmente, a comunidade do Arranha Céu é composta por 76 famílias. Podemos afirmar, através da pesquisa cadastral dos moradores, que

22,48 % dos responsáveis pelas famílias já estão em Florianópolis há mais de 15 anos e são oriundos do oeste do estado. 21,05 % vêm de outros estados, sendo a maioria do Rio Grande do Sul e Paraná, seguidos por Rio de Janeiro e São Paulo.

Há, também, um número expressivo de moradores nascidos aqui no Município 18,60 %, e na Grande Florianópolis- 5,43 %, superando, então, o quantitativo de migrantes advindos do oeste, revelando o empobrecimento da população local, que, desprovida da possibilidade de moradia, apela por ocupar ou comprar de terceiros áreas públicas ou privadas já ocupadas. Já o Planalto Serrano tem 10,86 % da população que compõe os moradores do Arranha Céu, seguidos por 9,30 % do Sul do Estado, 2,32 % do Vale do Itajaí, 3,88 % do Alto Vale do Itajaí, 3,10 % do Norte do estado.

ESPECIFICAÇÃO	FREQÜÊNCIA	%
FLORIANÓPOLIS	24	18,60
GRANDE FLORIANÓPOLIS	07	5,43
PLANALTO SERRANO	14	10,86
VALE DO ITAJAÍ	03	2,32
ALTO VALE DO ITAJAÍ	05	3,88
NORTE DO ESTADO	04	3,10
OESTE DO ESTADO	29	22,48
SUL DO ESTADO	12	9,30
OUTROS ESTADOS	28	21,71
SEM RESPOSTA	03	2,32
TOTAL	129	100

Fonte: Pesquisa Realizada julho/95.

No que se refere ao estado civil dos moradores, 52,63 % não legalizaram o vínculo da união em que vivem, seja por opção ou por falta de

recursos, o que não tem preocupado os moradores. 19,74 % dos moradores são casados e não diferem da grande maioria apenas amasiada, 9,21 % são solteiros, tendo ou não filhos. É um número considerável, em virtude de tratar-se de uma comunidade de ocupação. Na realidade, podemos dizer que mais de 20 % dos moradores vivem e se mantêm sozinhos.

ESTADO CIVIL	FREQÜÊNCIA	%
Solteiro	07	9,21
Casado	15	19,74
Viuvo	06	7,89
Amasiado	40	52,63
Separado Judicialmente	02	2,63
Separado de Fato	04	5,26
Divorciado	01	1,32
Sem Resposta	01	1,32
TOTAL	76	100

Quanto à faixa etária dos responsáveis, pode-se dizer que a maioria é de pessoas bastante jovens. 33,33 % da população tem entre 26 e 33 anos, 25,58 % entre 12 e 25 anos, 24,03 % entre 34 e 41 anos, 8,52% estão na faixa etária dos 42 aos 49 anos. Somados os dados da faixa etária acima de 50 anos teremos um número de pouco mais de 5%.

Conclui-se que os responsáveis por famílias no Arranha Céu são bastante jovens, com muitas possibilidades e oportunidades em relação à melhoria das condições em que vivem. A faixa etária dos moradores é também uma vantagem na luta pela legalização da terra, contribuindo para que os moradores estejam sempre com disposição de lutar.

FAIXA ETÁRIA	FREQÜÊNCIA	%
12 a 25 anos	33	25,58
26 a 33 anos	43	33,33
34 a 41 anos	31	24,03
42 a 49 anos	11	8,52
50 a 60 anos	05	3,88
Mais de 60 anos	03	2,33
Sem Resposta	03	2,33
TOTAL	129	100

Em relação ao tempo de moradia no local atual, a grande maioria das famílias vive no local há 1 ou 2 anos. Lembrando que esta ocupação é de fins de 1992, pode-se afirmar que grande parte dos moradores passou a morar na comunidade após a decretação da área como de utilidade pública. Sabemos que muitos moradores estão hoje no Arranha Céu através da compra da área, mas não podemos precisar estatísticas desse fato por não ser esse o objeto de estudos a que nos propomos. O fato, é que 46,05 % dos moradores vivem na área há 1 ou 2 anos na área, 26,32 % estão há menos de um ano, apenas 13,16 % estão na área há 3 a 4 anos e, somados o períodos que variam de 3 a 5 anos, temos um total de pouco mais de 23 %. Estes dados nos fazem lembrar que algumas pessoas já moravam na comunidade antes da ocupação e muitas passaram a morar na área bem depois.

TEMPO	FREQÜÊNCIA	%
Menos de 01 ano	20	26,32
De 01 a 02 anos	35	46,05
De 02 a 03 anos	10	13,16
De 03 a 04 anos	04	5,26
De 04 a 05 anos	03	3,95
Mais de 05 anos	04	5,26
TOTAL	76	100

Quanto ao tempo de moradia, na cidade, 42,11% dos responsáveis pelas famílias já estão há mais de 15 anos em Florianópolis. Isso significa que a maioria dos moradores já residiu em outros locais, certamente próximos ao Arranha Céu. Habitavam áreas como Vila Aparecida e parte da Via expressa, de onde saíram, principalmente, por não possuírem condições de moradia. 21,05% estão em Florianópolis por 10 a 14 anos. 13,16 % por 5 a 9 anos , 10,53% estão a menos de 1 ano. Isso nos leva a pensar que a maioria dos responsáveis por famílias da área vivem em Florianópolis no mínimo há mais de 15 anos, mas nem todos ocupantes do Arranha Céu, pois o trabalho na área nos mostrou que grande parte dos moradores compraram a área onde moram hoje.

TEMPO	FREQÜÊNCIA	%
Menos de 01 ano	08	10,53
De 01 a 04 anos	16	21,05
De 05 a 09 anos	10	13,16
De 10 a 14 anos	07	9,21
Mais de 15 anos	32	42,11
Sem Resposta	03	3,94
TOTAL	76	100

No tocante ao número de filhos dos moradores do Arranha Céu, podemos dizer que as famílias do morro tem poucos filhos, em se tratando de uma comunidade cujos moradores são bastante jovens, é compreensível que encontremos crianças na faixa de idade entre 1 e 4 anos de idade. O que nos surpreende é que 28,94 % das famílias não possuem filhos. Apesar de não ser o tema de nosso estudo temos que convir que tal dado é bastante interessante, sobretudo porque temos sempre a imagem de comunidades carentes repletas de crianças. No Arranha Céu 19,74 % das famílias têm 2 filhos, 17,11% tem 3 filhos, 14,47% têm apenas 1 filho, e o total de famílias com mais de 4 filhos gira em torno de 17 % da população local. Para entender com clareza esse processo, temos que lembrar que a população do Morro do Arranha Céu é majoritariamente jovem, onde os responsáveis têm idades entre 12 e 41 anos, com um total superior a 83 % de residente no Morro.

Nº DE FILHOS	FREQÜÊNCIA	%	TOTAL DE PESSOAS
Sem Filhos	22	28,94	-
01	11	14,47	11
02	15	19,74	30
03	13	17,11	39
04	05	6,58	20
05	05	6,58	25
06	04	5,26	24
07	01	1,32	07
TOTAL	76	100	156

Em relação à idade dos filhos dos residentes na área, já constatamos ser a maioria de uma população jovem. A idade das crianças é bastante baixa: a maior parte está na faixa etária de 0 a 6 anos, com um percentual de 50,69 %, enquanto 41,03 % ficam numa faixa etária de 7 a 14 anos, 6,41 % na faixa de 15 a 18 anos, e somente 1,94 % dos filhos dos moradores têm mais de 18 anos. Tendo em mente o fato de tratar-se de uma comunidade formada por uma população jovem, é compreensível que mais de 50 % dos seus filhos estejam na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, mais de 40 % estejam na faixa de 7 a 14 anos, e pouco mais de 8% tenham mais de 15 anos.

FAIXA ETÁRIA	FREQÜÊNCIA	%
De 0 a 06 anos	79	50,64
De 07 a 14 anos	64	41,03
De 15 a 18 anos	10	6,41
Mais de 18 anos	03	1,92
TOTAL	156	100

Quanto ao grau de instrução dos responsáveis, considerando pai e mãe, quando existem os dois, 75,19 % dos pais não completaram o primeiro grau, o que

significa que não concluíram nem mesmo o primário. Para grande maioria dos moradores o primeiro grau completo é considerado de grande valor, gerando um diferenciador significativo, pois sabemos o quanto este dado é importante ao se pleitear uma colocação no mercado de trabalho. 10,85 % dos pais são analfabetos, coisa não muito rara considerando a atual conjuntura política e econômica e 6,98 % estudaram até o segundo grau, mesmo não terminando. Quanto aos filhos, a grande parte está cursando o primário, 23,17 %, fato esperado para uma população jovem. Apenas 0,61 % tem o primeiro grau completo, e 51,22 % são crianças em idade não escolar, embora boa parte já pudesse estar na escola, no pré escolar ou alfabetização. Cabe ressaltar, ainda que uma parte das crianças com idade superior a 6 anos continue não freqüentando a escola, o que consideremos preocupante.

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	DOS RESPONSÁVEIS		DOS COMPONENTES	
	FREQÜÊNCIA	%	FREQÜÊNCIA	%
Analfabetos	14	10,85	01	0,61
1º Grau Incompleto	96	75,19	38	23,17
1º Grau Completo	09	6,98	01	0,61
2º Grau Incompleto	-	-	-	-
2º Grau Completo	01	0,78	-	-
Nível Superior Incomp.	-	-	-	-
Não Escolar	-	-	84	51,22
Sem Resposta	08	6,20	40	24,39
TOTAL	129	100	164	100

Quanto à renda familiar em salários mínimos, boa parte das famílias (26,32%) mantêm-se com uma média de 2 a 3 salários, 17,11 % possuem uma renda de 1 a 2 salários, 11,82 % das famílias se mantêm com de 0,5 a 1 salário, abaixo da linha de pobreza. São poucas as famílias com uma renda maior a 3 salários mínimos, não superando os 24 %. Outro fato interessante é o número de abstenções, que superou os 17 %, o que leva a supor que muitas famílias não têm renda fixa, não podendo afirmar o quanto ganham, nem comprovar a fonte de seus rendimentos. Pelo tempo em que estivemos trabalhando na área, podemos afirmar infelizmente, que muitas famílias se mantêm pela mendicância.

RENDA FAMILIAR	FREQÜÊNCIA	%
De 0 a 0,5 SM	01	1,32
De 0,5 a 1 SM	09	11,82
De 1 a 2 SM	13	17,11
De 2 a 3 SM	20	26,32
De 3 a 4 SM	09	11,84
De 4 a 5 SM	09	11,84
Mais de 5 SM	02	2,63
Sem Resposta	13	17,12
TOTAL	76	100

Quanto à responsabilidade do provimento da renda familiar, em 69,74 % dos casos a responsabilidade é dividida entre o casal, em 18,42 % a responsabilidade prioritária é da mulher, 6,58 % apresentam responsabilidade exclusivamente masculina. e 2,63 % exclusiva responsabilidade da mulher, por ser a única pessoa com possibilidade de manter a família. O número de mulheres sozinhas no morro é bem grande, aumentando o trabalho em função da subsistência da família. É bastante significativo o número de casais que mantêm a família, questão bastante interessante, não só porque divide as responsabilidades quanto ao provimento, mas também porque atualmente a divisão dessa responsabilidade é obrigatoriamente indispensável. Há que se levantar que o ingresso no mercado de trabalho não se explica pela conquista igualitária das mulheres, mas, antes, que as condições de vida e a pobreza sejam a motivação fundamental para esse fato.

RESPONSABILIDADE	FREQÜÊNCIA	%
Casal	53	69,74
Homem	02	2,63
Mulher	14	18,42
Pessoa Só - Homem	05	6,58
- Mulher	02	2,63
TOTAL	76	100

Sobre a situação empregaticia dos responsáveis e demais componentes, consideramos neste quadro todos os que contribuem para a renda familiar. Daí encontrarmos 20,15% mulheres que não trabalham fora, independente da situação da família. 13,17 % são empregadas domesticas; que vivem grandes dificuldades financeiras; 5,42 são serventes. 3,10 % auxiliares de serviços; 3,10% são pessoas aposentadas; 2,32 % são pintores; 3,10% carpinteiros; 3,10 % vigias.

Ainda temos, entre os componentes, 10,85% de desempregados; 6,20 % de catadores de papel; 1,55% de biscateiros. Em média, as atividades dos moradores do Arranha Céu podem ser consideradas de baixo poder aquisitivo e bem variadas, revelando o despreparo e a falta de qualificação para a execução de atividades que proporcionem um maior rendimento, tanto para os responsáveis como para os outros membros da família.

SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA	RESPONSÁVEIS		COMPONENTES	
	Frequência	%	Frequência	%
Frentista	01	0,78	-	-
Do Lar	26	20,15	-	-
Faxineira	06	4,65	-	-
Desempregado	14	10,85	01	12,50
Zelador	01	0,78	-	-
Pedreiro	09	6,97	-	-
Catador Papel	08	6,20	01	12,50
Servente	07	5,42	-	-
Auxiliar Serviços	04	13,10	-	-
Servente Pedreiro	03	2,32	-	-
Biscateiro	02	1,55	02	25,0
Pensionista	02	1,55	-	-
Auxiliar Motorista	02	1,55	01	12,50
Aposentado	04	3,10	-	-
Pintor	03	2,32	01	12,50
Carpinteiro	04	3,10	-	-
Vendedor	01	0,78	-	-
Vigia	04	3,10	-	-
Cozinheiro	02	1,55	-	-
Operador Maq.	01	0,78	-	-
Encanador	01	0,78	-	-
Camareira	01	0,78	-	-
Comerciante	02	1,55	-	-
Serigrafo	01	0,78	-	-
Auxiliar Cozinha	01	0,78	-	-
Músico	01	0,78	-	-
Sem Especificação	01	0,78	-	-
TOTAL GERAL	129	100	08	100

A respeito da situação empregaticia do responsável pela família: 26% tem a situação regularizada pela CLT; 19,73 % são autônomos; 13,16% não são regularizados; outros 13,16 % são empregadas domésticas, 5,26% são

aposentados, 2,63% são pensionistas e, por fim, 18,42% são desempregados, 1,32% não trabalham. Mais uma vez, devemos reforçar a questão da necessidade de se investir na qualificação profissional, não só para os moradores dessa comunidade, como para os de outras com as mesmas características, ou ainda as tradicionais comunidades de nossa cidade, pois o mercado de trabalho exige cada vez mais a qualificação da mão de obra. Infelizmente a grande maioria dos moradores vem de regiões rurais, (mais de 30% dos moradores são dessa região) sem treinamento e experiência necessários para uma colocação no trabalho urbano.

SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA	FREQÜÊNCIA	%
CLT	20	26,32
Autônomo	15	19,73
Não Regularizado	10	13,16
Doméstica	10	13,16
Aposentado	04	5,26
Pensionista	02	2,63
Desempregado	14	18,42
Não Trabalha	01	1,32
TOTAL	76	100

Em relação à área dos terrenos, 26,32 % têm uma área entre 26 a 50 metros quadrados; 13,15 % têm entre 51 e 75 metros quadrados; 10,53 % entre 76 e 100 metros quadrados, e 26,32 % não responderam a pergunta, pois não sabiam exatamente quanto media seu terreno. Apenas 7,89 % dos terrenos têm menos de 25 metros quadrados, e, no outro extremo, menos de 2,63 % têm área

entre 100 a 250 metros quadrados, e apenas 1,32 % dos terrenos têm mais de 360 metros quadrados. Podemos dizer que os terrenos são considerados pequenos, pois a ocupação cresce dia após dia, e muitos moradores acabam dividindo seu espaço com os filhos ou outros parentes, ou até mesmo vendem parte do terreno para ajudar na manutenção da família. Ocupação desordenada também leva a uma diferenciação no tamanho dos lotes.

ÁREA DO TERRENO	Nº DE CASAS	%
Menos de 25m ²	06	7,89
De 26 a 50 m ²	20	26,32
De 51 a 75 m ²	10	13,15
De 76 a 100 m ²	08	10,53
De 101 a 125 m ²	03	3,95
De 126 a 150 m ²	02	2,63
De 151 a 200 m ²	04	5,26
De 201 a 250 m ²	02	2,63
Mais de 360 m ²	01	1,32
Sem Resposta	20	26,32
TOTAL	76	100

Quanto ao estado de conservação e tipologia das habitações, apenas 5,26% das casas são de alvenaria; 78,95% são de madeira; 10,53 são mistas. Das casas de madeira, 23 estão em situação regular quanto, ao estado de conservação, sendo que uma delas encontra-se em estado precário. Com certeza a grande maioria das casas encontrava-se num estado de conservação de bom a regular no momento em que fazíamos o cadastro.

	Bom	Regular	Precário	s/espec	Total	%
Alvenaria	03	-	-	01	04	5,26
Madeira	36	23	01	-	60	78,95
Mista	08	-	-	-	08	10,53
Barraco	-	-	-	-	-	-
s/especific	-	-	-	-	04	5,26
Total	47	23	-	-	76	100
%	61,84	30,26	1,32	6,58	100	-

No tocante à situação de moradia, todos os moradores responderam que as casas eram próprias. Na realidade, esta questão é bastante interessante, primeiro porque, embora a área tenha um dono legítimo aos olhos da lei, na medida em que as pessoas ocupam uma área passam a se sentir realmente donas do espaço ocupado. A própria denominação atribuída às pessoas que ocupam um determinado espaço -ocupante- já é bastante inibidor de aprovação dessas ações.

Se alguém ocupa, automaticamente tem-se a percepção de que este alguém não é o dono legal do espaço ocupado. De fato, estamos tão acostumados à concepção de propriedade privada que não pensamos na possibilidade de passarmos a trabalhar com a idéia de propriedade coletiva, onde todos teriam os mesmos direitos diante da possibilidade de perda pela desapropriação forçada.

Embora esse não seja o objeto de nosso estudo no momento, sabemos que muito mais pode ser dito, ainda, sobre essa questão.

Área da casa	Número de casas	%
Até 10 m	13	17,10
De 11 a 20 m	30	39,47
De 21 a 30 m	14	18,42
De 31 a 40 m	08	10,53
De 41 a 50 m	03	3,95
De 51 a 60 m	-	-
Mais de 70 m	01	1,32
Sem resposta	06	7,89
Total	76	100

Outro ponto instigante a ser estudado é a área construída das habitações no morro do Arranha Céu. A maioria das casas têm uma área de 11 a 20 metros

quadrados (39,47 %), embora o número com área menor de 10 metros quadrados seja bastante considerável (17,10 %). 18,42 % das casas têm área de 21 a 30 metros quadrados, e são poucas as casas com a área de 41 e mais de 70 metros quadrados, não superando os 6 % das casas existentes no Arranha Céu. Podemos afirmar com que o tamanho das casas no Arranha Céu não estão fora dos padrões da realidade dos mais empobrecidos. Existem muitos casos no morro em que a família é composta por 4 a 6 pessoas, que vivem em uma única peça. Não se sabe, na realidade, como essas pessoas vivem, como é estabelecida a relação de intimidade, seja casal ou não. É de fundamental importância que uma família tenha o direito de viver sua particularidade e privacidade.

Pesquisamos também, as casas que possuem banheiros. 25% das casas que não possuem banheiro e 80% das que possuem tem-no fora de casa, de madeira. Tal fato parece nos levar de volta ao passado, quando para a maioria das pessoas, banheiro era uma novidade, e hoje é um luxo. Para os moradores do Arranha Céu, ter banheiro dentro de casa é algo que está muito longe das possibilidades, principalmente numa comunidade em que a grande maioria de seus membros o banheiro, feito de madeira e fora de casa, sofrendo com as conseqüências para a saúde, tornando-se vulneráveis à proliferação de doenças ligadas à verminoses. além disso, sofrem com o mal cheiro que invade a comunidade, principalmente no verão, quando a temperatura sobe e as pessoas ficam mais expostas às conseqüências.

Banheiro	Frequência	%
Sim	50	65,79
Não	25	32,89
Apenas vaso	01	1,32
Total	76	100

BWC	Dentro	Fora	Total	%
Alvenaria	08	02	10	20,00
Madeira	03	39	40	80,00
Total	11	39	50	100
%	22,00	78,00	-	100

Abastecimento de água	Frequência	%
Rede-dentro	35	51,32
Rede-fora	39	56,05
Não tem	02	2,63
Total	76	100

Em fornecimento de luz elétrica, 55,29 % das famílias não possuem medidor, o que pode significar ligação clandestina. Na ocasião em que fazíamos o cadastramento dos moradores, percebemos que era grande o número de famílias que tinham o que eles chamam de “rabicho,” ligação de outra já existente. Apenas 38,16 % tinham a rede elétrica regularizada, com medidor, ficando com sua segurança preservada, na medida em que uma ligação clandestina da energia elétrica pode trazer muitos perigos. Do total, 5,26 % das famílias não têm ligação de energia elétrica, o que significa viver na pré-modernidade em plena capital de Santa Catarina ficando expostas à insegurança, já que usam velas como forma de iluminação à noite.

Luz	Frequência	%
Com medidor	29	38,16
Sem medidor	42	55,29
Não tem	04	5,26
Total	76	100

Quanto à situação de abastecimento de água, é constrangedor o fato de 46,05 % das famílias só possuírem o abastecimento externo, em virtude da falta de condições financeiras para fazer a ligação dentro de suas casas. A pesquisa nos mostra que, dos 11,54 % mesmo com a viabilidade da água encanada, conquistada há 1 ano pelos moradores do morro, 2,63 % dos moradores ainda não possuem rede de água de nenhuma forma em seus domicílios, tornando visível a ausência de uma estrutura sanitária mínima. Característica típica desse tipo de comunidade.

Luz	Frequência	%
Com medidor	29	38,16
Sem medidor	42	55,29
Não tem	04	5,26
Total	76	100

Objetivando a totalização da nossa análise sobre o perfil sócio - econômico dos moradores do Arranha Céu podemos identificar o nosso cidadão - ocupante a partir das seguintes características:

- é nascido na região da grande Florianópolis;
- Vive em situação de concubinato;
- as famílias são constituídas por casais;
- possui entre 26 e 33 anos;
- mora no Arranha Céu há mais ou menos um ou dois anos;
- morou antes em regiões próximas, por cerca de 15 anos, ou na Vila Aparecida ou na via expressa da Vila Aparecida;

- não tem filhos ou, se tem, entre 2 e 3 crianças, de 0 a 6 anos;
- não conseguiu concluir o primeiro grau, alfabetizando-se muito precariamente;
- geralmente tem uma família composta por 2 pessoas;
- possui uma renda familiar de 2 a 3 salários mínimos;
- a maioria das famílias é constituída por desempregados e domésticas;
- o trabalhador do Arranha Céu é autônomo;
- mora numa área de 26 a 50 metros quadrados;
- possui casa de madeira, em bom estado de conservação;
- sua casa têm uma área de 11 a 20 metros quadrados;
- tem banheiro de madeira e fora de casa;
- tem energia elétrica sem medidor;
- é provido de abastecimento de água.

Chegamos a um cidadão típico de áreas da periferia da cidade, dotado de efetiva capacidade de participação e engajamento nas lutas para ter suas necessidades emergentes atendidas. O cidadão que mora no Morro do Arranha Céu tem a seu dispor um posto de saúde, duas escolas estaduais, uma creche criada e mantida pela sociedade Alfa gente, com a ajuda dos pais, a casa da comunidade, que é usada para as reuniões e missas, e também a faculdade estadual de educação física próxima à comunidade. Entretanto, não podemos afirmar que a comunidade tem vários equipamentos públicos, ao contrário, é de grande importância que se construam mais equipamentos sociais que contribuam para a aglutinação da população na utilização desse espaço.

O nosso cidadão encontra grandes dificuldades em utilizar os bens públicos, não só porque são raros na comunidade, mas também porque não exercem a oportunidade de que a população utilize e se habitue a usa-los, pois de

uma forma ou de outra custeia esses bens. O nosso cidadão morador do Arranha Céu, não tem a seu dispor a figura do Estado, como implementador das políticas sociais e agilizador da implantação das mesmas.

CONCLUSÃO

É fundamental lembrarmos a importância de conhecermos as pessoas com quem trabalhamos, sua origem, suas reais condições, suas perspectivas, para podermos direcionar nossas ações, nossos trabalhos e nossos projetos. O conhecimento dessa realidade nos possibilitará o entendimento dos caminhos a serem seguidos e nos indicarão o melhor encaminhamento de nossas ações. Um fato relevante é o conhecimento das perspectivas enquanto ações municipais. Sabemos das dificuldades criadas pela descentralização das atividades de cada secretaria, de cada órgão administrativo, portanto vemos como prioritária a criação de perspectivas comuns aos órgãos municipais, com a possibilidade de encaminhamentos conjuntos a esta administração como um todo.

É de fundamental importância que a administração municipal seja vista como um único equipamento, com perspectivas possibilidades diferenciadas, que venham a criar um fim único e factível de ser seguido, não só pela população, mas também pelos equipamentos existentes na prefeitura como um todo sobretudo por seu corpo técnico e o funcionalismo em geral, a administração e todos os órgãos existentes. É urgente a criação de um conselho local planejador, capaz de manifestar-se nos momentos decisivos, não só junto aos setores administrativos, mas também executivos, com perspectivas individuais e coletivas da administração municipal como um todo, com a referência coletiva sindical e funcional. A criação de um conselho planejador e propositivo da comunidade e coletivo sindical organizado do funcionalismo será um caminho fértil para esta administração e para a população da cidade Com perspectivas e possibilidades comuns. de solução dos problemas e atendimento das necessidades mais prementes da população da capital.

A experiência inédita de uma gestão municipal popular, mesmo com todas as limitações existentes, anuncia a possibilidade de caminhos até então não vislumbrados e vivenciados pela população de Florianópolis. A participação democrática direta do cidadão e das comunidades em atos coletivos organizados na proporção de ações revela-se como um valor essencial para aqueles que se pautam por compromissos verdadeiramente democráticos e igualitários. Sendo assim, cabe ao funcionalismo municipal buscar também seu coletivo orgânico e combativo, para que alie esforços comuns junto à população, em nome da construção de uma nova cidade, com novas oportunidades de trabalho, de moradia, de educação, de saúde, enfim, uma qualidade de vida efetivamente boa e prazerosa para a totalidade dos nossos habitantes.

É importante que se tenha a clareza de que o atendimento às necessidades da população decorre, em primeira instância, da percepção clara e simples dos inúmeros problemas enfrentados por todos nós. Para o entendimento real de todas as situações a que nos deparamos é imprescindível a leitura conjuntural de todos os problemas e necessidades encontradas por via de nosso trabalho nas comunidades. Este, sem dúvida, há que ser crítico possibilitando transportar do o problema vivido todas as conseqüências e causas de sua evolução, de seu desenvolvimento e de sua criação, para, coletivamente, encontrarmos as saídas.

BIBLIOGRAFIA

Ansor. Solo Urbano-Especulação e Conquistas, Dossiê

Atualidades em Debates. Planejamento Urbano e Moradia no Brasil. Centro João XXIII, São Paulo, 1993

Brandão, Maria de Azevedo R. Brasil: Uma urbanização Sanguinária. Caderno CEAS, Salvador, 1993

DE MORI, Geraldo Luiz. Entrevista. Habitação em Foco. Caderno CEAS, Salvador, 1993

Enfoques. Ocupação Urbana. Boletim cheiro da terra, junho/91

Fernandes, Florestan. Marx e Engels-História. Editora Ática, São Paulo, 1993

Harvey, David, A Justiça Social e a cidade. Editora Hacitec, São Paulo, 1983

IPUF. Perfil das comunidades carentes de Florianópolis. Continente, 1993

KRISHKE, Paulo J. Terra de Habitação X Terra de Espoliação. Cortez, SP, 1984

LOJHINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Editora Martins Fontes, SP, 1982

Marx, K. e Elgels, F. Obras escolhidas - Vol II. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1992

OLINGER, Glauco. Êsodo Rural: Campo ou Cidade? ACARESC, Florianópolis, SC, 1991

Silva, Maria Ozanira e Souza, Salviana Santos. Prática de Investigação-Ação. Caderno Práxis 2, Editora Cortez, São Paulo Paulo, 1984

Singer, Paul. Economia Política da Urbanização. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983